

**SENSO COMUM: DIFERENTES PERCEPÇÕES DE UMA VISÃO DE MUNDO**

[COMMON SENSE: DIFFERENT PERCEPTIONS OF A WORLDVIEW]

**José Carlos Silva de Almeida**  
[jcdafilosofia@ufc.br](mailto:jcdafilosofia@ufc.br)

*Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Antonianum (Roma). Pós-Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Associado IV do curso de Filosofia da Universidade Federal do Ceará.*

**Márcia Araújo da Costa**  
[marcia.juarez@gmail.com](mailto:marcia.juarez@gmail.com)

*Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Filosofia pelo Mestrado Profissional em Filosofia (núcleo UFC). Professora de Filosofia da Educação Básica do Estado do Ceará.*

**DOI: [10.25244/1984-5561.2024.6215](https://doi.org/10.25244/1984-5561.2024.6215)**

Recebido em: 31 de maio de 2024. Aprovado em: 10 de janeiro de 2025

Caicó, ano 17, n. 2, 2024, p. 47-65  
ISSN 1984-5561 - DOI: [10.25244/1984-5561.2024.6215](https://doi.org/10.25244/1984-5561.2024.6215)

Fluxo Contínuo



**Resumo:** O presente artigo tem como objeto refletir acerca do senso comum, indagando enquanto problema de pesquisa as diferentes percepções que se tem a respeito deste. Trata-se de observar inicialmente a origem da expressão “senso comum” para, em seguida, tecer considerações acerca das percepções positivas e negativas de uma visão comum de mundo. Nossa hipótese inclina-se pelo reconhecimento da importância do senso comum enquanto depositário da sabedoria popular e de experiências, bem como de sua relevância para o conhecimento científico. No tocante ao método, como decorre do exposto, trata-se de uma pesquisa puramente bibliográfica.

**Palavras-chave:** Senso Comum. Percepções. Ciência. Visão de Mundo.

**Abstract:** The purpose of this article is to reflect on common sense, asking as a research problem the different perceptions we have regarding it. It is about initially observing the origin of the expression “common sense” and then making considerations about the positive and negative perceptions of a common world view. Our hypothesis leans towards recognizing the importance of common sense as a repository of popular wisdom and experiences, as well as its relevance to scientific knowledge. Regarding the method, as follows from the above, this is purely bibliographical research.

**Keywords:** Common Sense. Perceptions. Science. World Vision.

## INTRODUÇÃO

O senso comum pode ser descrito enquanto uma visão geral de mundo. É um tipo de olhar do ser humano ao mundo que permite nortear suas ações e lograr êxito na solução de situações problemáticas de sua vida. É a garantia, para citar um exemplo, de que uma pessoa, mesmo sem uma formação específica na área de Economia, conseguirá obter êxito no gerenciamento de recursos financeiros visando obter determinados bens e serviços em seu cotidiano. Obviamente, este “obter êxito” não é algo dado e pronto, mas uma conquista, assim como igualmente o é ao economista.

Em um primeiro momento, iremos tematizar acerca da origem do termo “senso comum”. Em breves linhas, pretendemos analisar pontos de vista divergentes, mas que ao final se complementam, fornecendo ângulos diferentes de compreensão. Iniciaremos com as considerações de Alves (1981), que prefere não definir o senso comum, mas indicá-lo enquanto base fundamental para a *práxis* científica. Seguiremos com Maciel (2013), que apresenta uma origem histórica do senso comum fortemente baseada no desejo burguês de ascensão político-econômica. Finalizaremos este passo com Silva *et al* (2016) que aponta, em consonância com Alves (1981), a origem do termo senso comum em torno de um projeto de diferenciação entre os cientistas, os agentes da ciência formal, e as pessoas do vulgo, assim como outras formas de pensar a realidade (a religião, por exemplo), que utilizam do senso comum ou formas semelhantes de pensamento para viver. Inicialmente, tal projeto é apresentado por Silva *et al* (2016) como situado no Iluminismo e, posteriormente, no Positivismo. O objetivo fundamental, ao estabelecer esta diferenciação entre senso comum e ciência, seria o de alcançar credibilidade, por parte desta última, frente a uma forma de conhecimento que não prima por práticas metodológicas científicas rigorosas, a saber, o senso comum.

Em um segundo momento, seguiremos mostrando pontos divergentes acerca da ideia de senso comum. Confrontar autores que defendem o senso comum com autores que o consideram um entrave ao progresso científico é fundamental para termos ângulos de visão diferenciados e, portanto, um enriquecimento nas reflexões sobre tal expressão.

## 1 ORIGENS DA EXPRESSÃO “SENSO COMUM”

Como surgiu a ideia de senso comum? Há uma origem para esta expressão?

Em *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras* (1981, p. 9-10), Rubem Alves não oferece uma resposta direta sobre o que é o senso comum, pois ele prefere não definir, mas afirma que a referida expressão não foi inventada pelas pessoas de senso comum; aliás, acredita que estas pessoas nunca se preocuparam em definir o senso comum.

O que é senso comum? Esta expressão não foi inventada pelas pessoas de senso comum. Creio que elas nunca se preocuparam em se definir. Um negro, em sua pátria de origem, não se definiria como pessoa “de cor”. Evidentemente. Esta expressão foi criada para os negros pelos brancos. Da mesma forma a expressão “senso comum” foi criada por pessoas que se julgam acima do senso comum, como uma forma de se diferenciarem das pessoas que, segundo seu critério, são intelectualmente inferiores. Quando um cientista se refere ao senso comum, ele

está, obviamente, pensando nas pessoas que não passaram por um treinamento científico.

Pode-se perceber que, segundo esta consideração de Alves, a origem da expressão “senso comum” não se dá em um momento específico da História, mas está ligada a uma diferenciação epistemológica entre dois grupos, ou seja, aqueles que julgam conhecer de um jeito (pela ciência) em contraposição àqueles que, segundo os cientistas, pensam de outra forma (pelo senso comum). O senso comum, neste sentido, é algo percebido no cotidiano das pessoas enquanto uma visão de mundo e não uma criação conceitual. O cientista, ao dizer que alguém pensa em termos de senso comum, está apenas querendo afirmar que esta pessoa não age segundo alguma metodologia científica ou um paradigma.

Em *A desvalorização do senso comum* (2013), Raquel Maciel reflete acerca de possíveis causas para o menosprezo sofrido pelo senso comum como sendo oriundas de um momento histórico específico, aquele em que tal expressão surgira. Ao longo do artigo, ela nos apresenta o senso comum como algo importante, porém sem caracterizá-lo como ciência, mas como uma forma de conhecimento sobre a qual se deve refletir para encontrar o seu adequado lugar epistemológico. Para tanto, faz considerações em termos de causas e de momento histórico em que tal expressão se estabelece. Conforme ela nos esclarece, o senso comum foi valorizado, inicialmente, em razão de um projeto político de ascensão da burguesia, que descartou o conceito tão logo chegou ao poder. As ciências naturais seguiram deixando de lado qualquer consideração ao senso comum. O conhecimento do senso comum foi importante até o momento em que foi libertário para a burguesia. Consideremos sua fala para melhor explicar este ponto:

A valorização filosófica do senso comum esteve ligada ao projeto político de ascensão da burguesia, que ao chegar ao poder descartou o conceito filosófico do conhecimento vulgar, fazendo com que as ciências naturais seguintes fossem produzidas sem levá-lo em consideração. Tal conhecimento serviu somente enquanto fora libertário, sendo então descartado (por exemplo, a questão da igualdade foi um grande senso comum, mas depois que mudou o mundo passou a não valer mais). (MACIEL, 2013, p. 2).

Percebe-se que o surgimento da expressão “senso comum” tem uma origem e causas definidas. Surge, segundo ela, em decorrência da necessidade de ascensão político-econômica de uma classe específica, ou seja, a burguesia. Este grupo, no entanto, descarta sua vinculação ao senso comum tão logo conquista o poder. Sua vinculação com a ciência posterior atesta uma continuidade da ruptura ocasionada, inicialmente, pela burguesia com o senso comum.

Em *Ciência e Senso Comum: Boaventura e as críticas à visão bachelardiana* (2017), Silva *et al* consideram que o senso comum possui também um momento específico de surgimento histórico, como se verá um pouco mais adiante. Eles se preocupam também em dar uma definição para a expressão “senso comum” estabelecendo-a como conhecimento fundamentado na experiência, ou na experiência que nos é transmitida. Tal definição estabelece o senso comum enquanto uma visão de mundo profundamente enraizada não somente na experiência cotidiana, mas também na sua transmissão pela cultura.

Ao contrário de Maciel (2013), Silva *et al.* (2016) estabelecem a origem do termo senso comum não na vinculação político-ideológica da ascensão burguesa, mas sim na contraposição realizada a partir do Iluminismo que busca, para se estabelecer enquanto movimento

epistemológico dominante, um viés de superioridade racional. Destacam também que, posteriormente, o Positivismo apresenta a ciência enquanto a via, por excelência, pela qual a humanidade deveria seguir. Neste sentido relega ao senso comum um lugar de inferioridade epistêmica. A esse respeito, observe-se a seguinte passagem:

Os defensores da oposição entre a ciência e senso comum destacam a ciência como conhecimento imparcial e racional, enquanto o senso comum é visto como olhar parcial e irracional sobre a realidade. Essa concepção tem origem no Iluminismo, movimento intelectual e político que ao longo do século XVIII, defendeu a ciência como o caminho para a superação do chamado Antigo Regime. A defesa da ciência como único conhecimento válido e aceito e a crítica aos outros meios de explicação do mundo, principalmente o religioso, serviram de fundamento para que, no século XIX, se desenvolvesse uma corrente de pensamento conhecida como o Positivismo. Nela, a ciência é o único conhecimento útil a ser perseguido pela humanidade, a única maneira de investigar e conhecer a realidade e a única forma legítima de resolver os problemas que a impediriam de atingir sua plenitude. (SILVA *et al*, 2016, p. 23)

Observa-se que Silva *et al* (2016) articulam, para além de uma definição de senso comum, uma origem do termo em dois momentos históricos, a saber, o Iluminismo e o Positivismo, que enaltecem as características científicas em detrimento de posturas político-ideológicas. Em Maciel (2013) verifica-se o contrário. Nesta linha de raciocínio entende-se que as ideias de Silva *et al*. se aproximam mais das de Alves (1981), que nos mostra, conforme anteriormente mencionado, que os cientistas se referem à noção de senso comum enquanto objetivando diferenciar sua prática metodológica da visão de mundo daquela que é expressa pelo senso comum, que segundo seu ponto de vista é não-científica.

## 2 PERCEPÇÕES POSITIVAS ACERCA DO SENSO COMUM

A valorização do senso comum não é consenso no mundo filosófico ou entre os teóricos da educação. Alguns autores o defendem enquanto necessário ao processo epistêmico e/ou cognitivo, enquanto outros o rechaçam por alegar que diante de sua falta de método ou rigor de pensamento não alcança lograr êxito em desvendar as características mais fundamentais de um objeto a ser esclarecido, seja ele qual for.

Neste passo levamos em consideração as ideias de dois autores que tomam o senso comum como necessário ao processo de conhecimento e à educação humana. São eles Alves (1981) e Santos *apud* Maciel (2013). Ambos colocam o senso comum enquanto fundamental para a educação, como uma base necessária ao conhecimento e à vida.

Alves (1981) nos indica, nos capítulos iniciais de sua obra dedicada à filosofia da ciência, variadas considerações acerca do senso comum que nos fazem enxergar este de uma forma diferente do usual. Normalmente, percebe-se o senso comum como fruto da falta de conhecimento formal. Não é incomum se pensar nas pessoas de senso comum enquanto agentes de uma ação acrítica ou mesmo em práticas de vida movidas por ignorância.

Ao contrário, Alves (1981) nos mostra que a ciência virou um mito e por isto se torna

potencialmente perigosa por inibir o pensamento humano. Passa-se a obedecer aos cientistas de forma acrítica. Sua intenção original não é desmerecer a figura do cientista ou da ciência formal, mas estabelecer um problema filosófico em torno da obediência aos ditames da ciência, enquanto, na verdade, deveríamos passar a refletir acerca disto. Tome-se, a título de contextualização, alguém que vai a um médico e se sente constrangido ou nem chega a refletir sobre a possibilidade de solicitar uma receita médica apenas com o princípio ativo da medicação necessária, mas de outro laboratório. Afinal, foi o médico que receitou e indicou o fabricante. Deve ser a melhor escolha, mas se percebe muitas vezes que se consegue adquirir um medicamento com o mesmo princípio ativo, por um preço mais acessível, em outro fornecedor, como é o caso dos genéricos.

Alves ainda nos fala do erro de pensarmos que o cientista e a ciência são a forma mais elevada do pensamento. Isto, para ele, é um mito. Pelo contrário, a especialização do cientista é comparada, por este autor, com um pianista que só domina uma técnica. Como ele nos diz:

A especialização pode transformar-se numa perigosa fraqueza. Um animal que só desenvolvesse e especializasse os olhos se tornaria um gênio no mundo das cores e das formas, mas se tornaria incapaz de perceber o mundo dos sons e dos odores. E isto pode ser fatal para a sobrevivência. (1981, p. 8).

Com isto avalia-se que o cientista está delimitando, a partir de certas contradições observadas na ciência formal, um espaço para recolocar um elemento menosprezado no processo epistêmico humano. Tal “peça” desvalorizada é o senso comum. Isto fica bem claro quando ele nos indica que a ciência é um refinamento de potenciais comuns aos seres humanos. Um telescópio é um instrumento fantástico, mas que não teria função nenhuma, caso não tivéssemos olhos ou a capacidade de ver a olho nu os objetos sensíveis. Ou, como ele nos fala “[...] da mesma forma como telescópios e microscópios são inúteis para cegos, e pianos e violinos são inúteis para surdos.” (IDEM, p. 9). Sua indicação se torna mais clara quando nos diz que a ciência é uma hipertrofia do senso comum. Ou seja, pode-se pensar na figura de alguém que olha para a lua numa determinada noite, assim como alguém, o cientista, que olha para a mesma lua a partir de um telescópio. Ambos possuem a mesma intenção e capacidades de olhar, mas no segundo caso, o do cientista, tal processo está mais refinado e disciplinado por certos instrumentos e cânones científicos.

Alves (1981) defende a noção de que o senso comum e a ciência não são inseparáveis, e tal ideia se torna clara quando ele nos diz: “A aprendizagem da ciência é um processo de desenvolvimento progressivo do senso comum.” (IBIDEM, p. 9). Ou seja, conforme tal concepção, não existiria ciência se antes não houvesse senso comum. Este é o ponto de partida, a base do conhecimento. O senso comum seria o alicerce de uma capacidade já possuída pela pessoa.

Alves (1981) prefere não definir o senso comum, mas indicar que este não foi criado por pessoas de senso comum, mas por aqueles que querem se distanciar desta forma de enxergar o mundo. Este grupo, de forma geral, considera o senso comum intelectualmente inferior.

Tome-se um panorama destas pessoas que utilizam, estritamente, o senso comum em seu cotidiano. Nem todos possuem uma formação acadêmica. Boa parte da população brasileira nem mesmo concluiu o ensino fundamental, e, infelizmente, ainda há uma multidão de brasileiros semi ou totalmente analfabetos. O termo “analfabetismo funcional” ainda traz o problema adicional de uma vasta faixa da população do nosso país, que mesmo alfabetizada, diariamente lê notícias, mas não consegue extrair informações básicas daquilo que está sendo publicado e interpretá-las. Estamos falando de milhares de pessoas e não somente de um grupo restrito. São grandes massas populacionais que, lamentavelmente, estão muito distantes de ler um artigo científico, uma

monografia acadêmica ou conseguir entender notícias de telejornais de cunho mais científico ou compreender textos por mais simples que se apresentem.

Aqueles que se valem do senso comum em suas atividades e tarefas cotidianas são muito mais numerosos do que os que utilizam conhecimentos acadêmicos. Deste modo, nota-se a importância de tematizar o senso comum enquanto uma visão de mundo que faculta ao povo conduzir suas vidas. As pessoas, mesmo sem formação acadêmica ou científica, lidam com assuntos diversos, seja quando fazem compras, pagam contas, tratam de problemas familiares de complexa ordem psicológica, criam seus filhos e preparam seus alimentos. Some-se a isto pessoas que constroem casas, mesmo sem serem engenheiros ou aprendem de forma autodidata inúmeras profissões, que aparentemente seriam prerrogativas de pessoas advindas da academia. Isto nos mostra, empiricamente, que o senso comum nos possibilita a realização satisfatória de uma ação, mesmo sem ser ciência.

Ao se considerar a posição de Rubem Alves, segundo a qual a ciência é uma hipertrofia do senso comum, pode-se trabalhar com os estudantes da educação básica a noção de que os seus saberes herdados e suas experiências constituem um solo fecundo para o desenvolvimento do saber científico. Trata-se de romper com uma visão que observa de forma preconceituosa os saberes populares, sem conferir-lhes o teor da crítica.

Maciel (2013), por sua vez, nos diz que podemos encontrar no pensamento de Santos<sup>1</sup> a ideia de que o senso comum está baseado nas experiências vivenciais das pessoas. É um denominador comum acerca do que um povo acredita de forma coletiva, sendo cheio de solidariedade e de um certo sentido de resistência, em termos de conflitos entre classes, que resulta numa experiência forte e nunca acomodada.

Maciel (2013) ainda nos fala que Santos propõe um reencontro da ciência com o senso comum de forma a efetivar os valores positivos presentes no cotidiano das pessoas, gerando emancipação cultural e até mesmo socioeconômica.

Consoante tais ideias, pode-se pensar na prática científica que proporciona o encontro da ciência farmacológica com os saberes comuns sobre a ação benéfica de certas plantas sobre moléstias diversas. Este encontro entre o saber acadêmico com o popular pode gerar, inclusive em termos econômicos, maior acessibilidade a terapêuticas que, de outra forma, seriam inacessíveis às classes menos privilegiadas, que não teriam como comprar medicamentos mais caros, pois no momento em que a ciência formal, no caso a farmacológica, dá o seu parecer positivo sobre práticas populares, entende-se que está fornecendo credibilidade para tais ações, e com isso fomentando sua utilização por diversas pessoas, sobretudo as mais carentes. Este é um exemplo, conforme as ideias que Santos nos traz, citado por Maciel (2013), de que pode haver uma positividade no encontro da ciência com o senso comum e que resulta em prática social solidária.

Pode-se pensar, também à luz destas ideias, na situação prática da classe trabalhadora, que mesmo sem oportunidades escolares ou financeiras, consegue adquirir mecanismos de resistência em seu contato com as classes dominantes. Observemos, a título de exemplo, a possível situação de um cozinheiro que trabalha em um restaurante refinado que, posteriormente, utiliza seu conhecimento na arte culinária para ensinar outras pessoas na sua comunidade o ofício da alta cozinha. Isto gera uma modificação positiva e solidária no sentido de melhorias de técnicas e comercialização, adaptadas ao universo de uma dada comunidade financeiramente mais empobrecida, que aprende um ofício e passa por uma positividade na distribuição comercial de um produto alimentício.

---

<sup>1</sup> Pensamento identificado na obra *Introdução a uma ciência pós-moderna*, disponível em <http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/livros/introducao-a-uma-ciencia-pos-moderna.php>.

Acompanhemos a consideração conferida por Maciel (2013, p. 8) acerca destas ideias:

Boaventura dos Santos ensina que não podemos opor diametralmente o conceito do senso comum ao da ciência, propondo o reencontro da ciência com o senso comum, sugerindo uma visão alternativa que resgata os aspectos positivos dos saberes cotidianos, sobretudo o seu potencial para os projetos de emancipação social e cultural.

Santos, no entender de Maciel (2013), não colocaria o senso comum e a ciência em lados opostos, mas, de uma forma crítica, proporia que se leve em consideração os aspectos positivos existentes nos saberes cotidianos, superando preconceitos e fomentando processos emancipatórios.

Porém, não se deve ter a impressão, em Santos, de que o senso comum emerge de forma espontânea e que de forma natural gera o processo emancipatório em uma dada população. Ao contrário, o autor, que enxerga pontos positivos na noção de senso comum, também esclarece que tal noção é de difícil concretização prática justamente por ter que se defrontar com inúmeros entraves. Isto será melhor explicitado nos parágrafos subsequentes.

Para Santos, em *A Crítica da Razão Indolente* (2002), o senso comum, a partir de um entendimento geral, é algo que favorece a emancipação e a liberdade humana. Porém, a emergência deste termo na *práxis* histórica nem sempre é de fácil aparecimento. Em seu contexto promotor da dignidade humana há de se avaliar alguns entraves para a sua efetivação em uma dada comunidade. O autor elabora a noção de que esta própria emancipação, inicialmente advinda do senso comum, tende, historicamente, a ser englobada pela noção de regulação.

Avaliando em torno das três instâncias mais fundamentais de uma nação - o Estado, o comércio e a comunidade - Santos indica que, por determinados fatores históricos, a ciência, em sua dimensão de tecnologia, estaria fortemente conectada aos interesses mercantis. Como ele nos diz: "[...]assistimos geralmente ao desenvolvimento excessivo do princípio do mercado em detrimento do princípio da comunidade." (2002, p. 36).

O princípio de emancipação de uma comunidade passa a ser submetido aos ditames dos horizontes de sentido fornecidos pela ciência. Esta, passa a ser entendida como a grande instância de liberdade do ser humano. Suas promessas de dignificação da vida humana acabam por reorientar a forma como as comunidades passam a viver e a se enxergar. O famoso dito "mas, isto é científico!", passa a ser quase um dogma de alguém que pretenda dar alguma legitimidade e autoridade a algum argumento em detrimento de outro. A própria capacidade de uma dada coletividade resolver algum problema passa a ser considerada ineficaz somente pelo fato de "não ser científica". Dizendo de outra forma: o senso comum é relegado ao campo da ignorância, justamente por não ser científico.

Já as instâncias de regulação oficiais, que deveriam, para Santos (2002), estar em amplo debate dialético com o campo da emancipação, a fim de promover a dignificação da vida humana, também padece com o fato de perder sua autonomia, no sentido de que fica submetida às leis do mercado. O senso comum de uma dada coletividade se vê, então, submetido a uma visão de mundo (da ciência) que se pretende mais coerente e eficaz e por outro lado não pode contar mais (o senso comum) com as dimensões institucionais oficiais que deveriam estar a serviço da promoção da paz social.

É o que Santos nos diz quando explana que:



Absorção da emancipação pela regulação - fruto da hipercientificização da emancipação combinada com a hipermercadorização da regulação - neutralizou eficazmente os receios outrora associados à perspectiva de uma transformação social profunda e de futuros alternativos. Todavia, produziu ao mesmo tempo uma nova sensação de insegurança, motivada pelo receio de desenvolvimentos incontroláveis, que pudessem ocorrer aqui e agora precisamente como resultado da contingência e da convencionalidade generalizadas de práticas sociais setoriais. A própria regulação desacreditou-se ideologicamente enquanto pilar da modernidade devido às suas contradições internas. Por outras palavras, a contingência global e a convencionalidade minaram a regulação sem promover a emancipação: enquanto a regulação se torna impossível, a emancipação torna-se impensável. (2002, p. 37)

Apesar do tom pessimista e que recai, em última análise, na noção de senso comum de uma coletividade, deve-se ressaltar que o tom negativo de Santos (2002) se deve à percepção das dificuldades iminentes trazidas pelos grandes interesses capitalistas, notadamente a partir da categoria “comércio”, contrapostos ao interesse emancipatório das populações. A emancipação, via regulação, sobremodo radicada nas instituições oficiais regidas pelo Estado, se tornam “impossíveis” e “impensáveis” dentro deste quadro instituído. Assim como em outros autores tratados neste texto, tais como Gramsci e Bachelard, Santos (2002) vê a necessidade de um processo histórico de emancipação dialética que impeça que, em último grau, o senso comum deixe de ser aquilo que ele é, ou seja, o denominador comum que deve levar a uma *práxis* social libertadora e dignificadora da vida humana.

### 3 PERCEPÇÕES NEGATIVAS ACERCA DO SENSO COMUM

Nesta seção, ao contrário da anterior, o foco será encontrar as ideias fundamentais de autores que desqualificam o senso comum enquanto contribuinte para um processo satisfatório de conhecimento. Salientamos, no entanto, que os dois autores a serem tratados, Bachelard e Gramsci, desqualificam uma certa apresentação do termo senso comum. Para eles, o senso comum pode ser modificado com vistas a uma melhor adequação do ser humano à realidade.

Em termos gerais, pode-se dizer que ambos os autores entendem ser um grave problema a característica de acriticidade e falta de rigor metodológico, para não se falar em ausência total deste, existente no senso comum. Com isto, o senso comum seria um entrave metodológico (Bachelard) e um mecanismo de alienação das classes populares (Gramsci). Ou, em outro sentido, o senso comum necessitaria passar por uma ruptura epistemológica (Bachelard), assim como seria preciso que viesse a se transmutar em “bom senso” (Gramsci). Em assim sendo, o senso comum estaria em equilíbrio com a ciência (Bachelard) e seria um mecanismo de resistência da classe trabalhadora (Gramsci).

Maciel (2013) dedica uma parte significativa do seu artigo na elucidação da forma como Bachelard<sup>2</sup> entende o senso comum e a relação deste termo com a ciência. Em linhas gerais, Maciel, nos explica que Bachelard busca encontrar no senso comum um aliado para a ciência, mas este não

<sup>2</sup> Trata-se aqui do pensamento de Gaston Bachelard observado em *A formação do espírito científico*: contribuição para uma psicanálise do conhecimento, publicado pela editora Contraponto do Rio de Janeiro em 1996.

é um processo dado de antemão. Ao contrário, o filósofo entende que o senso comum, da forma como está posto, é um entrave metodológico para a ciência. O senso comum tem, para ele, as características obscuras de possuir tamanha acriticidade e ausência de um rigor de pensamento que bloqueiam a emergência de uma forma mais robusta de ser da ciência. É como se fosse considerado que o senso comum funciona como um entrave para que a ciência possa se desenvolver. Propõe que o senso comum seja ultrapassado e “redimido” por um tipo de ciência que se enriqueceria tanto no seu afastamento do senso comum quanto, posteriormente, em sua volta a este senso comum, transformando-o em um tipo de conhecimento mais equilibrado com a *práxis* científica.

Ao se afastar do senso comum, a ciência operaria uma ruptura epistemológica que resultaria em uma reavaliação desta no sentido de encontrar os limites paradigmáticos a que se propõe na sua prática metodológica cotidiana. Ao rever seus próprios problemas e limites, a ciência estaria apta a evoluir, e ao se voltar para o senso comum o transformaria em uma forma mais significativa de pensamento e vivência. Tal senso comum transformado estaria em melhores condições de dialogar com a ciência, e este binômio ciência e senso comum melhorado, contribuiria para uma sociedade mais sabedora de suas potencialidades e limites.

Tais ideias se tronam mais claras quando Maciel afirma que:

Bachelard declara guerra ao senso comum por considerá-lo um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento da ciência, devendo ser superado. De fato, o exitoso desenvolvimento das ciências naturais entre os séculos XIX e XX acabou por transformar os saberes populares em obstáculos a uma visão científica do ser humano. (2013, p. 9).

Em outro momento a autora nos diz que:

Para que haja a separação do senso comum e ascensão da ciência é necessária a ruptura epistemológica. Ao questionar-se sobre a possibilidade de avanço do conhecimento científico, Bachelard acaba por criar o termo “obstáculo epistemológico” com o qual a ciência deverá romper para que haja progresso científico. O senso comum seria, pois, um obstáculo epistemológico. [...] Através da ruptura, a observação científica abandona os conhecimentos do senso comum, rompendo com o conhecimento anterior, rejeitando a zona de conforto proporcionada pelas ideias vulgares. Eis o que torna árduo o trabalho do cientista que através do novo construirá contra um objeto anterior já conhecido. A dinâmica para se pensar a ciência Bachelardiana supõe sempre uma novidade implicando em ruptura, pois o novo sempre supõe uma condição a ser superada após uma definição de obstáculo epistemológico. A ruptura caminha junto ao obstáculo epistemológico, que consiste na resistência intelectual capaz de bloquear a produção de conhecimento científico. Bachelard afirma que os obstáculos são produtos da relação entre a imaginação e a prática do cientista, sendo experiências que nos colocam em contato com certa realidade nos permitindo falar delas como uma forma de resistência. As experiências primeiras geram uma certeza que é impeditiva de um conhecimento novo, renovável, e por isso são obstáculos. Todo conhecimento se faz contra conhecimentos não surgindo a partir do nada. [...] A ruptura epistemológica Bachelardiana só pode ser compreendida dentro do paradigma da ciência moderna constituída contra o senso comum, pressupondo o conhecimento científico como única fonte de conhecimento válido posto que objetivo, desconfiando das aparências e fachadas, e procurando a verdade nas costas dos objetos. [...] A importância da

epistemologia bachelardiana é entender que há diferença e que a ciência também é resultante do conhecimento que se vive podendo haver senso comum dentro da ciência. (IDEM, p. 5-8).

E citando o próprio Bachelard, podemos vislumbrar o momento em que a ciência, apartada do senso comum vulgar, sabedora após isto dos seus limites epistêmicos, volta-se sobre o senso comum transformando-o.

Vejamos como ele nos explica isto:

Uma vez feita a ruptura epistemológica com o senso comum, o ato epistemológico mais importante é a ruptura com a ruptura epistemológica [...]. Enquanto a primeira ruptura é imprescindível para construir a ciência, mas deixa o senso comum tal como estava antes dela, a segunda ruptura **transforma o senso comum com base na ciência**. Com essa dupla transformação **pretende-se um senso comum esclarecido** e uma ciência prudente. (1996, p. 41. Grifos nossos).

Resumindo, Bachelard, conforme explicações de Maciel (2013), acredita em dois momentos para o senso comum. No primeiro, tem-se um senso comum vulgar, que é impeditivo do agir científico justamente por conta de suas inúmeras obviedades. A ciência, ao contrário, para além de tais obviedades deve procurar um conhecimento que esteja apartado das aparências e mais vinculado com a objetividade da verdade científica. Esse senso comum deve ser negado, porém resgatado quando a ciência, de forma mais prudente, em torno de uma autocrítica de seus paradigmas se volta ao senso comum tornando-o, como afirmado por Bachelard anteriormente, um senso comum cuja característica é ser esclarecido.

Contextualizando as ideias de Bachelard, pode-se pensar em várias situações práticas que mostram que de fato o senso comum vulgar ainda predomina em detrimento de um senso comum esclarecido.

Para tanto, tome-se o exemplo do que ocorreu durante o período pandêmico. À luz do que foi supracitado se pode pensar em dois tipos de pessoas: uma, que lidou com os problemas da Covid-19 de acordo com um senso comum vulgar e outra, que de forma esclarecida, mesmo sem uma formação técnica ou profissional no assunto, lidou de forma completamente diferente.

Ressalta-se que o que será explicado, a partir daqui, não leva em conta a ação de deliberada má-fé que surgiu a partir da ação de pessoas que propagaram *fake news* por interesses escusos. Nem de profissionais da área da saúde, que mesmo conhecendo os princípios mais elementares de virologia ou infectologia, advogaram por medicamentos alternativos, ou tratamentos precoces, sem comprovação ou evidência científica, e que, ao final, contribuíram mais ainda para a mortandade ocasionada por este terrível flagelo que atingiu a humanidade no início de 2020.

O que poderia, nesta situação, ser considerado um senso comum vulgar à luz do pensamento de Bachelard?

Entende-se que emergiu um senso comum vulgar em pessoas que, mesmo de forma honesta, porém ineficaz, buscaram tratar a pandemia do coronavírus enquanto uma gripe a ser tratada com medicamentos caseiros, por exemplo. Ou, minimizaram ao máximo a importância do uso de máscaras e álcool em gel por caírem nos mais variados “achismos” de como lidar com tal vírus. Insistimos que não se está nem mesmo tratando-se aqui de negacionismos ou posturas

ideológico-políticas em torno da doença, mas de pessoas que advogaram por certos comportamentos tradicionais no enfrentamento do coronavírus, que, neste caso, se demonstraram completamente ineficazes.

E isto é justamente o que Bachelard nos fala. Neste caso o senso comum não é positivo, mas extremamente pernicioso para o avanço da ciência. Utilizando o termo proposto por Bachelard, o senso comum nada mais seria do que um entrave epistemológico a ser superado, pois suas obviedades e acriticidades estabeleceriam uma barreira para o desenvolvimento tanto da ciência quanto do esclarecimento populacional.

Como pensar num senso comum esclarecido, nesta situação, e à luz das ideias de Bachelard?

Entende-se que o senso comum esclarecido pode vir a surgir quando a ciência, sabedora de seus limites e potencialidades paradigmáticas, se comporta no sentido de se aproximar deste senso comum, ao qual reconhece em si mesma, conforme já colocado em momentos anteriores, e, então, faculty a este senso comum um esclarecimento. Compreende-se que Bachelard não quer tornar o senso comum científico, mas, que, ao se separar de um senso comum vulgar, a ciência passa a se tornar mais amadurecida quando percebe em si mesma um certo tipo de senso comum, assim como suas limitações paradigmáticas. Esta ciência, “madura”, pode então dialogar com o senso comum e neste diálogo enriquecer, em termos de esclarecimento, o senso comum.

Em termos práticos, percebeu-se isso em várias situações presentes na pandemia. Pode-se pensar em pessoas que mesmo sem formação profissional científica ou médica procuraram se informar e esclarecer sobre o assunto em mídias sociais que prezaram por um elogio da ciência, em torno de profissionais da área de virologia, ou afins, que repassaram informações sérias e responsáveis. Pode-se pensar, por exemplo, em pessoas com algum letramento, mas que buscaram assistir a canais científicos que primaram pela verdade dos fatos da ciência. Amplamente notabilizado, por exemplo, o canal do Youtube “*Olá, ciência!*” de Lucas Anandrez e colaboradores, que procurou transmitir, em nosso entender, informações responsáveis a um tipo de público que, embora menos numeroso, mostrou ter um senso comum já mais esclarecido. O referido canal focou em transmitir conhecimentos que contribuíram para um combate à desinformação e ao negacionismo.

Entende-se que esta faixa da população, à luz das ideias bachelardianas, já não “funciona” por um senso comum vulgar, mais esclarecida ao longo das últimas décadas em torno de vivências escolares ou telecomunicativas. Infelizmente, com pesar, se percebe que não constituem a parcela significativa da população, que de uma forma geral tratou a pandemia como uma “gripezinha” ou preferiu usar os chamados “tratamentos precoces”. De fato, percebeu-se que houve uma grande adesão ao processo vacinal, mas, como amplamente veiculado pelas grandes mídias, este processo iniciou de forma atrasada devido à demora na aquisição das vacinas. Este atraso, entende-se, foi motivado por inter-relação entre faixas mandatárias oficiais e um tipo de mentalidade, que em 2020, ainda prezava pela negação da vacina. Entende-se, também, que isto gerou mortes que poderiam ter sido evitadas caso a parte contratual com os grandes distribuidores e laboratórios de vacinas tivesse sido contratada a tempo, o que ocasionaria um início mais rápido e mais eficaz do processo de vacinação, assim como teria protegido a população de nosso país de, insiste-se, mortes que poderiam ser evitadas.

Já Natiely Quevedo dos Santos, em sua dissertação de mestrado intitulada *Obstáculos epistemológicos de Bachelard: análise do tema água em livros didáticos de ciências do sexto ano do ensino fundamental*, enfatiza aspectos que corroboram as ideias trazidas por Maciel (2013) no tocante ao pensamento bachelardiano. Fundamentalmente, são as mesmas noções elencadas por Maciel (2013), ou seja, a importância do senso comum, porém seguida por um olhar de desconfiança pela ciência de acordo com uma certa apresentação social do termo senso comum, que ao fim, se notabiliza por ser um

obstáculo para o desenvolvimento da ciência. Esta deve romper com o senso comum, pelo menos em sua apresentação mais obscura, para somente então, posteriormente, vir a se autodeterminar pela via da autocritica de seus paradigmas e, em último termo, dialogar com o senso comum, transformando-o e ampliando-o.

É o que a autora nos fala em três momentos específicos em que tematiza o pensamento bachelardiano acerca da relação do senso comum com a ciência. Acompanhe-se:

[...]professores na construção dos conceitos a serem adquiridos pelos alunos, partindo sempre daquilo que os alunos já sabem sobre determinado assunto para então construir o conhecimento necessário à sua formação (LOPES, 1996). Todo o conhecimento já adquirido pelo aluno deve ser levado em consideração, não menosprezando qualquer ideia ou impressão primeira que o educando tenha sobre determinado assunto. Trata-se, pois, de desenvolver esse conhecimento de maneira a acrescentar algo ou, então, criando uma nova possibilidade para o que ele já sabe sobre o assunto. (SANTOS, 2019, p. 27).

Ainda sobre a importância do senso comum para a aprendizagem discente, pode-se dizer que Santos (2019) nos esclarece que a construção de conceitos, segundo Bachelard, deve levar em conta o papel ativo do professor em fornecer um ponto de partida que leve em conta o conhecimento prévio que os alunos possuem, ou seja, o seu senso comum. Este não deve ser menosprezado, segundo a autora, que relacionando ao pensamento de Bachelard, nos mostra que tais informações primeiras dos aprendizes devem ser trabalhadas de forma a serem transformadas ou ampliadas, mas nunca preteridas no processo de ensino-aprendizagem.

Porém, Santos (2019) também nos explicita a necessidade bachelardiana de romper com este senso comum, pois que sua forma primeira vem mesclada com certos vícios de linguagem adquiridos pelo mau uso de metáforas, analogias, vivências cotidianas diversas em que certas palavras ou termos explicativos adquirem um poder de atração, um magnetismo linguístico, mas que devido à falta de rigor e criticidade, próprias do senso comum, podem se tornar um entrave metodológico às ciências. Este é o momento em que deve haver a ruptura para que a ciência possa rever seus próprios paradigmas e só assim, posteriormente, voltar a ter um contato mais próximo com o senso comum vindo a alterar o que necessita ser alterado nele.

É o que a autora nos esclarece quando diz:

Além do conceito de obstáculo epistemológico, Bachelard também ressalta o conceito de "ruptura", sendo este entendido como uma descontinuidade entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento científico. Essas rupturas são importantes na medida em que contribuem para progredir na construção do conhecimento sobre algo e que estão ocorrendo a todo instante a partir do momento em que novas informações são adquiridas ou refutadas. (2019, p. 29).

Percebe-se, em resumo, que Bachelard faz, inicialmente, uma crítica a uma certa apresentação do senso comum, vê a necessidade de uma ruptura com este obstáculo (senso comum primeiro), atenta para a necessidade, pós-ruptura, de uma reavaliação da ciência em torno de uma autocritica de seus fundamentos, história e paradigmas e, finalmente, esta “nova” ciência, amadurecida, volta-se sobre o antigo senso comum e com ele dialoga no sentido de transformá-lo

e ampliá-lo.<sup>3</sup>

Passa-se agora a um outro tipo de abordagem de características negativas de um tipo de senso comum vulgar. Atente-se que se fala de um “tipo de senso comum”, pois estes autores, Bachelard e Gramsci, jamais pretenderam aniquilar o conceito de senso comum, mas apenas avaliar possíveis autocontradições presentes nestes termos e que podem ser mais bem avaliados para que a noção de senso comum se torne meio primordial para a emancipação humana, maximizando a liberdade e felicidade entre os seres humanos.

Observe-se que Maciel (2013, p. 9) nos fala que Gramsci entende o senso comum, inicialmente, enquanto tendo uma certa ligação com a reprodução da ideologia da classe dominante e que, como tal, o termo senso comum, deve ser refinado por intelectuais orgânicos, que estarão engajados em conscientizar as classes populares acerca de possibilidades emancipatórias. Eles deverão ter sua origem assim como estar ligados às classes populares para que se possa recuperar o caráter de bom senso presente no senso comum vulgar.

Para Gramsci<sup>4</sup>, conforme nos explica Maciel (2013), há, como em Bachelard, um senso comum do tipo vulgar e que deve ser mais bem desenvolvido. Porém, Gramsci entende esta superação de um senso comum vulgar de forma diferente daquela defendida por Bachelard. Para Gramsci, dentro do contexto de luta de classes marxista, a classe trabalhadora, quando ainda não teve uma conscientização de sua condição expropriada relativamente aos meios de produção e do capital, manifesta um tipo de senso comum vulgar que, para Gramsci, condiz, em parte, com uma forma alienada de enfrentamento da realidade. Tal alienação é fruto de um certo entendimento de conduta de senso comum, que quando não trabalhado por intelectuais orgânicos gramscistas,

---

<sup>3</sup> Recorreu-se ao *Dicionário de Filosofia* de Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (2006) com a finalidade de compreender melhor os termos “ruptura epistemológica”, “corte epistemológico” e “obstáculo epistemológico”, que são os conceitos básicos de Bachelard sobre a relação entre ciência e senso comum. O termo obstáculo epistemológico está mais fortemente associado à noção de senso comum, mas os outros dois também dizem respeito, em maior ou menor grau, a uma crítica a uma forma primeira e obscura de senso comum que se torna um empecilho para um processo de maturação da ciência e instaura a necessidade de um rompimento para que a própria ciência possa se constituir enquanto realmente científica. Atente-se que estes autores nos falam sobre o obstáculo epistemológico como: “Retardos ou perturbações que se incrustam no próprio ato de conhecer, apresentando-se como um instinto de conservação do pensamento, como uma preferência dada mais às respostas do que às perguntas e impondo-se como causas de inércia. Os principais obstáculos, detectados por Bachelard, são: a experiência primeira do senso comum, o conhecimento geral e o substancialismo.” (p. 146). Ainda sobre a crítica bachelardiana acerca do senso comum, Japiassú e Marcondes afirmam que: “O “novo racionalismo” se constrói instaurando uma ruptura entre o conhecimento comum e o conhecimento científico. A ciência não é o aprofundamento do saber já presente ou da ilusão do saber, mas perpétua recusa. “Não há verdades primeiras, o que há são erros primeiros.” Eis o novo espírito científico: “quando se apresenta à cultura científica, o espírito nunca é jovem. Ele é mesmo muito velho, pois tem a idade de seus preconceitos. Aceder à ciência é rejuvenescer espiritualmente, é aceitar uma mutação brusca que deve contradizer um passado.” (p. 27). Sobre a noção de “corte epistemológico” vê-se a ideia de Bachelard, segundo Japiassú e Marcondes, de que rompida a relação com uma primeira forma de apresentação do senso comum caberá à ciência sua própria autocrítica. Dizem-nos os autores: “Corte epistemológico é a noção introduzida por Gaston Bachelard na história das ciências para designar o fato de que nos conhecimentos científicos do passado, devemos distinguir os conhecimentos que já foram superados, e não podem mais servir para o progresso das ciências, e os conhecimentos sancionados ou atuais, e que devem ser utilizados para o avanço das ciências.” Ao considerar as ciências através de uma história repensada, Bachelard chama de “corte epistemológico” o ponto de não-retorno, o momento a partir do qual uma ciência começa, a partir do qual ela assume sua história e já não é mais possível uma retomada de noções pertencentes a momentos anteriores. Essa noção de “corte” foi adaptada por certos teóricos marxistas, notadamente Louis Althusser, para definir uma “mutação” no pensamento de Marx entre suas obras de juventude (não científicas) e suas obras de maturidade (que estabeleceram o materialismo histórico e “científico”). (p. 48). A partir dessa autocrítica paradigmática, para Bachelard, é que se torna possível o retorno da ciência ao senso comum visando um debate que irá, segundo este autor, ampliar e modificar a noção primeira, obscura, de senso comum.

<sup>4</sup> Maciel se refere aqui, de modo especial, à obra *Os intelectuais e a organização da cultura* de Gramsci, publicada pela editora Civilização Brasileira do Rio de Janeiro em 1979.

reproduz o que as classes dominantes ditam. Dizendo de outra forma: o senso comum, do tipo vulgar, quando não esclarecido, seria apenas a reprodução do que aqueles que são detentores dos meios de produção colocam como verdade para que possam, assim, perpetuar sua condição de classe dominante, burguesa.

Gramsci nos dá a entender que o senso comum, de forma não esclarecida, não gera uma situação de liberdade, mas de aprisionamento, característico da condição alienada da classe trabalhadora<sup>5</sup>. Tal liberdade e esclarecimento, para Gramsci, só são possíveis quando a classe trabalhadora compreende a sua situação e é educada para lutar e resistir contra o poderio que o grande capital lhe opõe e este processo emancipatório advém da interação do povo com intelectuais orgânicos provenientes do próprio povo.

Esta necessidade educativa deve partir de intelectuais oriundos das frentes marxistas, que ao se colocarem “na linha de frente” do enfrentamento deste problema, virão a capacitar a classe trabalhadora educando-a.

Maciel (2013, p. 10) resume de forma bastante clara tais ideias quando nos diz que:

Gramsci não vê o senso comum como algo estático e acabado, mas como um processo contínuo que, em contato com os intelectuais, pode ser enriquecido com noções científicas e filosóficas que gradativamente penetram nos costumes [...] Caberia a Filosofia a práxis de superar a ideia equivocada de que o senso comum é uma filosofia original e autônoma dos grupos populares, desmascarando a sua realidade contraditória e alienada.

Para Gramsci, o senso comum é uma visão de mundo que garante o pensar médio de uma sociedade. Mantém sua unidade (de senso comum), porém, alterando-se gradualmente ao longo de sucessivas gerações e tempos históricos, de uma forma que mantém o mesmo em uma multiplicidade de circunstâncias sociais que variam ao longo dos séculos. Tal variação ocorre de forma sucessiva e progressiva e, sobretudo, em processos muito lentos de combinações e inter-relações. Neste sentido, o senso comum acompanha tais mudanças, porém, permanecendo o mesmo. São nestes termos, dialéticos, que o senso comum pode ser entendido, para Gramsci, enquanto visão de mundo, que, contudo, não é estática, mas que progride em lentas combinações históricas.

Para Gramsci, a cultura e com ela o senso comum são estruturas extremamente arraigadas enquanto unidades fundamentais da vida social e histórica do ser humano médio, porém ao mesmo

---

<sup>5</sup> Deve-se atentar, conforme relatado por Maciel (2013), que o senso comum é, para Gramsci, uma visão de mundo a qual deve-se ter cautela quando utilizado, mas que nunca se deva esquecer que é uma base fundamental para a ação das classes populares e como tal o alicerce de seu próprio processo de emancipação e liberdade. Gramsci reconhece que é a partir do conhecimento vulgar das pessoas que a própria vida flui. São conhecimentos repassados por gerações e que estão permeados por noções de justiça e civilidade, porém de uma forma acrítica, mas, nem por isto, menos eficiente. Contudo, Gramsci atenta para um cuidado com este termo, pois, sem uma devida orientação de intelectuais orgânicos provenientes do interior do marxismo a noção de senso comum tende a perder a sua essência emancipatória humana e a se transformar em mais um mecanismo alienante das classes populares a partir da ação expropriadora das classes detentoras dos meios de produção e capital. Deve-se entender, conforme esta contextualização, e seguindo, as ideias de Maciel (2013), que o “bom senso” gramscista não é a aniquilação do termo senso comum e nem a sua superação, mas um núcleo, uma “semente”, que se não for adequadamente trabalhada por intelectuais provenientes do povo e para a conscientização do próprio povo não tenderá (o senso comum) a servir como meio de emancipação da classe trabalhadora. Entende-se, então, que Maciel (2013) chama a atenção para a necessidade de aproveitar o melhor que há no senso comum, ou seja, o “bom senso”. Para isto, é preciso a educação intelectual de pensadores do povo e a serviço do próprio povo para seu processo de dignidade e emancipação.

tempo que mantém sua coerência interna abre espaço, lenta e gradualmente, para mudanças que ocorrem quase que de maneira imperceptível. Gramsci, ao fazer uma análise sobre o afã desmedido de alguns escritores que pelas vias livrescas querem modificar as bases culturais mais sólidas, de maneira apressada, taxará tal empreendimento enquanto “forçado” e “artificial” (GRAMSCI, 2001, p. 208).

Ao contrário, é no senso comum e nos seus “usuários”, ou seja, o ser humano médio, que está a lenta, porém real modificação dos costumes. Isto não quer dizer que a atividade intelectual também não influencie na modificação lenta e gradual do senso comum. Apenas diz que o afã de rápida modificação dos costumes e da cultura, tão típicos dos “novos tempos modernos” gera, para Gramsci, algo forçado e artificial.

Fazendo um elogio ao senso comum e seu núcleo principal (o bom senso), Gramsci (2001, p. 208) nos dirá:

O tipo geral, pode-se dizer, pertence à esfera do “senso comum” ou “bom senso”, já que sua finalidade é modificar a opinião média de uma determinada sociedade, criticando, sugerindo, ironizando, corrigindo, renovando e, em última instância, introduzindo “novos lugares-comuns”. Se bem escritas, com vivacidade, com um certo sentido de distanciamento (de modo a não assumir tons de pregador), mas com cordial interesse pela opinião média, as revistas deste tipo podem ter grande difusão e exercer uma profunda influência. Não devem ter nenhuma “carranca”, nem científica nem moralizante; não devem ser “filisteias” e acadêmicas, nem se revelar fanáticas ou predominantemente partidárias: devem colocar-se no próprio campo do “senso comum”, distanciando-se dele o suficiente para permitir o sorriso de burla, mas não de desprezo ou de altiva superioridade.<sup>6</sup>

Ou seja, não é o intelectual quem, pela via exclusiva do “mundo livresco” vai modificar a cultura, e por isto Gramsci utilizou as palavras “forçoso” e “artificial”. É muito mais o ser humano comum, que se utiliza do senso comum, que sabe extrair deste seu núcleo (o bom senso), que lenta, paciente e gradualmente modifica estruturas sociais e culturais. Como dito antes, porém, isso não é uma crítica ao intelectualismo e nem se recai em um irracionalismo. Não é uma crítica ao mundo livresco, mas uma observação a um tipo específico de intelectuais que apressadamente tentam mudar algo rígido, de forma rápida e apressada. As mudanças são lentas e aos intelectuais caberia a ação pedagógica dos pensadores orgânicos gramscistas, ou seja, aqueles que emergiram do próprio povo, com seu senso comum popular, com seu bom senso, e que conscientes de sua situação de classe, expropriada e alienada do grande capital, retornam até o povo para justamente educá-lo e conscientizá-lo de sua condição e assim, desta forma, pela via do intelecto e dos livros, conseguem, ainda sob uma forma lenta e gradual, uma mudança que, para Gramsci, redundará em emancipação e dignidade humanas.

O intelectual orgânico gramscista atua, pela educação de base popular, com a conscientização de classe do povo no sentido de que após este processo restará uma sedimentação

---

<sup>6</sup> As revistas citadas por Gramsci dizem respeito aos periódicos que num contexto intermediário pretendem ser mediadoras de uma crítica à religião e um acesso aos “novos tempos modernos”. Cita, por exemplo, a “*Frustra Letteraria*”, de Baretto, que contém um conteúdo de crítica moralizante e que tem seu foco, exclusivamente, na crítica dos costumes. Gramsci critica estes textos por não partirem da vida e dos costumes diários, mas de conteúdos puramente livrescos. Ele nomeia obras deste estilo como “artificiais”, por quererem pressionar mudanças no contexto cultural em um curto espaço de tempo e com isso tornam-se “forçadas”, nas palavras dele, porque não conseguem atingir a compreensão do senso comum e de seu núcleo, cerne (bom senso).



dos aspectos filosóficos que avançarão lentamente sobre o senso comum e gerarão, gradualmente, a extração do núcleo deste que é o bom senso. Este é um processo lento, mas que o intelectual marxista levará a cabo e perceberá, processualmente, a geração de um sedimento que vai se fixando sobre a cultura e gerando senso comum e bom senso. A este respeito nos diz Gramsci:

Todo estrato social tem seu “senso comum” e seu “bom senso”, que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida. Toda corrente filosófica deixa uma sedimentação de “senso comum”: é este o documento de sua efetividade histórica. O senso comum não é algo rígido e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetraram no costume. (2001, p. 209).

A respeito da extração do núcleo central do senso comum, ou seja, o “bom senso”, pela via educativa realizada pela ação de intelectuais, oriundos das próprias camadas populares, e que se voltam, posteriormente, a favor destas mesmas camadas educando-as para a conscientização de sua condição de classe alienada dos meios de produção é que se percebe, em Saviani (1996, p. 3), considerações muito pertinentes e semelhantes ao pensamento de Gramsci.

A educação, para Saviani, se constitui em meio fundamental para a emancipação e formatação da dignidade humana. É necessária uma elevação cultural do nível das massas populares, via processo educativo, para que a situação de hegemonia da ideologia burguesa seja solapada e haja uma inversão, em termos sociais e econômicos, para que uma nova ordem, elaborada a partir de uma nova hegemonia, ou seja, da classe proletária, venha a se estabelecer.

Neste sentido, para Saviani, educação é luta e luta no sentido de resistência a formas ideológicas que alienam as massas trabalhadoras.

Acompanhe-se, a seguir, o seu raciocínio acerca destes pontos:

Considerando-se que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, cabe entender a educação como um instrumento de luta. Luta para estabelecer uma nova relação hegemônica que permita constituir um novo bloco histórico sob a direção da classe fundamental dominada da sociedade capitalista- o proletariado. Mas o proletariado não pode se erigir em força hegemônica sem a elevação do nível cultural das massas. Destaca-se aqui a importância fundamental da educação. A forma de inserção da educação na luta hegemônica configura dois momentos simultâneos e organicamente articulados entre si: um momento negativo que consiste na crítica da concepção dominante (a ideologia burguesa); e um momento positivo que significa: trabalhar o senso comum de modo a extrair o seu núcleo válido (o bom senso) e dar-lhe expressão elaborada com vistas à formulação de uma concepção de mundo adequada aos interesses populares. (1996, p. 3).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procuramos elencar as vias de entendimento acerca da expressão “senso comum” que muitas vezes sofre tamanho desmerecimento intelectual, mas que, mesmo assim,

torna-se objeto de reflexão de muitos autores.

Escolhemos trabalhar a compreensão do termo “senso comum” a partir de quatro autores: Rubem Alves, Natiely Santos, Gaston Bachelard e Antonio Gramsci. O contato com a obra de Rubem Alves foi direto. Em relação aos outros três, a via foi indireta, ou seja, através da mediação do excelente artigo de Raquel Maciel.

Em todos os autores pudemos perceber pontos positivos e pontos negativos. Passamos, agora, nos parágrafos subsequentes a elencar tais considerações.

Analisando o texto de Alves (1981), ressaltamos que ele nos instigou a ver o senso comum em uma perspectiva diversa da costumeira postura de desvalorização, pois este segue muitas vezes sendo entendido como contrário ao pensamento racional, rigoroso, filosófico ou científico. Rubem Alves mostrou-nos que a base de todo conhecimento científico reside no senso comum e que a ciência nada mais é do que o senso comum refinado.

Santos (2002) também apresenta uma visão positiva acerca do senso comum. Ele seria o denominador comum de um povo e que por isto tem alto potencial de gerar emancipação cultural e socioeconômica para as pessoas, desde que o senso comum venha a dialogar com a ciência em um processo, que ela nos dá a entender, ser benéfico para ambos os lados, pois potencializaria suas próprias virtudes. Enfim, para Santos, o senso comum é independente da ciência, mas deve ser influenciado por esta a partir de amplo diálogo, assim como a ciência se verá, enquanto ciência, enriquecida por este debate com o senso comum.

Em Bachelard (1996), ao contrário, o senso comum não é independente da ciência, mas subordinado e até mesmo pode ser excluído, pelo menos é o que ele dá a entender acerca de uma forma vulgar do senso comum. Para ele, o senso comum quando não subordinado à ciência constitui-se em senso comum vulgar e é, conforme suas palavras, um “obstáculo epistemológico”, devendo sofrer posteriormente uma “ruptura epistemológica” em relação à ciência. Contudo, o pensamento de Bachelard nos mostra a necessidade de se ter o cuidado em perceber que há certas “obscuridades” no senso comum que, de fato, temos que reconhecer que devem ser modificadas pela ciência para que possam se constituir em formas mais aprimoradas de se relacionar com a realidade.

Finalizando com Gramsci (2001), destacamos que seu foco no viés marxista da questão aponta, a nosso ver, uma redução da complexidade do termo “senso comum”, que pode ser compreendido sob inúmeros outros pontos de vista. Associar o senso comum ao bom senso, a partir do processo materialista histórico-dialético transmitido às classes populares, nos parece constituir uma certa confusão de termos, pois transmutar “senso comum” em “bom senso” pode indicar a eliminação do termo “senso comum” em detrimento do termo “bom senso”.

Todavia, não podemos deixar de perceber que Gramsci, mesmo criticando de forma contundente um tipo de senso comum vulgar, representação cotidiana da alienação da classe popular, traz também o fato de que as bases do senso comum já possuem potencialmente o resultado que é o bom senso a ser constituído nas pessoas, enquanto futura classe consciente de sua situação histórica e, por isto, capaz de resistir às forças contrárias que se lhe opõe.

**REFERÊNCIAS**

- ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ALVES, Rubem. O que é científico (1)? *In: Revista Psychiatry online Brasil (4)*, Santa Catarina, v.4, n.1, p.1-2, Jan 1999.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** - Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo- volume II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- JAPIASSÚ, Hilton.; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MACIEL, Raquel Elena Rinaldi. A desvalorização do senso comum. *In: Revista Quaestio Iuris*, v.6, n.02, p.1- 11, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente**- contra o desperdício da experiência. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Natiely Quevedo dos. **Obstáculos epistemológicos de Bachelard: análise do tema água em livros didáticos de ciências do sexto ano do ensino fundamental**. 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Educação Matemática). Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel. Cascavel- PR, 2019.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação**- do senso comum à consciência filosófica. 12ª ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1996. (Coleção Educação Contemporânea)
- SILVA, Lília Santos da *et al.* Ciência e senso comum: Boaventura e as críticas a visão bachelardiana. *In: Kínesis*, vol. IX, nº 21, Dezembro 2017, p.95-104.
- SILVA, Neusiene Medeiros da *et al.* ‘Profetas da chuva’ do Seridó potiguar, Brasil. *In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 9, n. 3, p. 773-795, set.-dez. 2014.
- SIQUEIRA, Luiza Figueira de *et al.* Sabedoria popular, senso comum e ciência: articulando saberes através das plantas medicinais na educação de jovens e adultos. *In: Revista Scientia Naturalis*, v. 3, n.2, p. 782-798, 2021.